

SUMÁRIO

<i>Dedicatória</i>	V
<i>Agradecimento</i>	VII
<i>Apresentação</i>	XI
<i>Prefácio</i>	XIII
<i>Palavra do autor</i>	XV

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

1

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO – CONTRIBUIÇÕES FILOSÓFICAS

1.1. Uma noção preliminar de interpretação	7
1.2. A contribuição de Hans Gadamer – a hermenêutica filosófica	11
1.2.1. A hermenêutica e as condições de possibilidade do conhecimento humano.....	12
1.2.1.1. A noção de <i>círculo hermenêutico</i> e a importância de Heidegger.....	13
1.2.1.2. A importância da história e da crítica no processo de conhecimento – <i>historicidade, história efetual e tradição</i>	17
1.2.1.3. A consciência e a importância da abertura ao outro, da opinião prévia e o sentido positivo da noção de preconceito	19
1.2.1.4. A interpretação, o transcurso do tempo – as questões da <i>mens auctoris</i> e dos sentidos histórico e atual –, a primazia do perguntar e a linguisticidade da compreensão.....	24
1.2.2. Análise das noções gadamerianas de <i>compreensão,</i> <i>interpretação e aplicação</i>	31
1.3. As contribuições de teorias da argumentação.....	38
1.3.1. A Teoria da Argumentação Jurídica de Alexy	39
1.3.1.1. O Emotivismo de Stevenson	41
1.3.1.2. A Teoria da Linguagem de Wittgenstein	42
1.3.1.3. A Teoria dos Atos de Fala de Austin	44
1.3.1.4. A Teoria de Hare	45
1.3.1.5. A Teoria de Toulmin	46
1.3.1.6. A Teoria de Baier	47
1.3.1.7. A Teoria Consensual da Verdade de Habermas.....	48

1.3.1.8. A Teoria da Deliberação Prática da Escola de Erlangen..	51
1.3.1.9. A Teoria da Argumentação de Chaim Perelman.....	51
1.3.1.10. As Regras da Teoria do Discurso Prático Racional Geral de Alexy	53
1.3.1.11. As Regras da Teoria da Argumentação Jurídica de Alexy	55
1.3.2. A Teoria da Argumentação Jurídica de Neil MacCormick	58
1.3.2.1. A justificação por dedução	61
1.3.2.2. Pressupostos e limites da justificação por dedução.....	62
1.3.2.3. A relevante mudança de pensamento de MacCormick.....	66
1.4. As afinidades entre as contribuições da hermenêutica filosófica e das teorias da argumentação	69

2

TEXTO, INTERPRETAÇÃO, NORMA JURÍDICA E APLICAÇÃO

2.1. Algumas noções jurídicas fundamentais.....	75
2.2. Direito, linguagem, conceito (ou <i>tipo</i> ?), ambiguidade por polissemia, indeterminação conceitual, mutação conceitual e diversidade espacial conceitual.....	87
2.2.1. A íntima relação existente entre a linguagem e a construção de conceitos	88
2.2.2. Os efeitos dos fenômenos da ambiguidade por polissemia, da indeterminação conceitual, da mutação conceitual e da diversidade espacial conceitual sobre a linguagem e os conceitos jurídicos	90
2.2.3. A questão da (in)utilidade da distinção entre <i>conceito</i> e <i>tipo</i> – a superação da restritíssima noção de <i>conceito</i>	100
2.2.4. Os fenômenos da indeterminação conceitual, da mutação conceitual e da diversidade espacial conceitual e a questão da existência de discricionariedade.....	109
2.3. A construção das noções de <i>interpretação</i> e <i>aplicação</i> no Direito – a construção axiológica racional	121
2.3.1. O Direito e as teses da neutralidade objetiva	121
2.3.2. Interpretação e aplicação.....	132
2.3.3. Análise do embate entre <i>neutralidade objetiva</i> e <i>valoração subjetiva</i>	142
2.3.3.1. Neutralidade objetiva <i>versus</i> valoração subjetiva quanto ao conceito de Direito.....	143

2.3.3.2. Neutralidade objetiva <i>versus</i> valoração subjetiva quanto ao conteúdo do Direito.....	153
2.3.3.2.1. Neutralidade objetiva <i>versus</i> valoração subjetiva quanto ao conteúdo do Direito – os requisitos formais de pertinência ao Direito	155
2.3.3.2.2. Neutralidade objetiva <i>versus</i> valoração subjetiva quanto ao conteúdo do Direito – os requisitos materiais de pertinência ao Direito	166
2.3.3.3. Neutralidade objetiva <i>versus</i> valoração subjetiva quanto à interpretação e à aplicação do Direito	171
2.3.4. Análise do embate entre <i>estrita descrição e livre criação</i>	188
2.3.5. Breve síntese de uma alternativa às perspectivas extremadas acerca de interpretação e aplicação – uma tolerante e responsável <i>construção axiológica racional</i>	193

3

INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

3.1. A especificidade da Constituição Tributária brasileira e da sua interpretação – fundamentalidade e extensividade	197
3.1.1. Constituição da Argentina – referências tributárias	200
3.1.2. Constituição do Uruguai – referências tributárias.....	204
3.1.3. Constituição do Chile – referências tributárias	211
3.1.4. Constituição de Portugal – referências tributárias	214
3.1.5. Constituição da Espanha – referências tributárias	217
3.1.6. Constituição da Alemanha (Lei Fundamental) – referências tributárias.....	220
3.1.7. Constituição <i>Tributária</i> brasileira.....	229
3.2. A interpretação constitucional nos <i>casos difíceis</i> e uma visão alternativa à distinção entre regras e princípios.....	231
3.3. O sistema de atribuição da competência tributária e os conceitos constitucionais tributários	249
3.4. O princípio da legalidade tributária materialmente qualificada – uma especificidade do sistema constitucional tributário brasileiro.....	255
3.5. O Direito e o tempo – a justiça e a segurança na Constituição Tributária brasileira	264
3.5.1. O tempo da produção do texto jurídico, da interpretação, da norma jurídica, do fato jurídico e da aplicação.....	264
3.5.2. O tempo e os princípios da irretroatividade, da anterioridade de exercício e da anterioridade nonagesimal.....	272

3.5.3. O tempo e o fenômeno da mutação normativa.....	276
3.5.4 A mutação tributária e a efetividade dos princípios da irretroatividade, da anterioridade de exercício e da anterioridade nonagesimal.....	287

4

INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO NO CTN

4.1. A gênese e o objeto do Código Tributário Nacional.....	301
4.2. ...A situação hierárquica das normas do Código Tributário Nacional na estrutura do sistema tributário brasileiro.....	305
4.3. ..Os enunciados do CTN sobre <i>interpretação, integração e aplicação</i> da legislação tributária.....	312
4.3.1. A questão do cabimento de o CTN dispor sobre como devem ser realizadas as atividades de <i>interpretação, integração e aplicação</i> da legislação tributária.....	312
4.3.2. A questão da possibilidade de se diferenciar <i>interpretação, integração e aplicação</i>	322
4.3.3. A <i>aplicação</i> da legislação tributária segundo o CTN.....	325
4.3.3.1. A <i>aplicação</i> da denominada “lei interpretativa”.....	328
4.3.4. A <i>interpretação e a integração</i> da legislação tributária segundo o CTN.....	336
4.4. As divergências interpretativas em torno do parágrafo único do art. 116 e do art. 136 do CTN e a importância hermenêutica dos princípios da tolerância e da responsabilidade.....	349
4.4.1. Procedimentos voltados à economia tributária e a insuficiência das noções extremadas de elisão e evasão para lidar com os problemas de interpretação e aplicação em matéria tributária.....	353
4.4.2. Infrações tributárias – natureza da responsabilidade e a aplicação de multa agravada.....	363
CONCLUSÃO.....	381
REFERÊNCIAS.....	419